

uma pré-condição para uma sensação de afinidade entre aqueles que se colocam macrosocialmente aproximadamente na mesma posição na distribuição de deferência. A colocação dos outros é evidentemente feita com base na evidência fragmentária acerca da função profissional, estilo de vida, ou elementos destes, e a sensação de afinidade é frouxa, a autolocalização muito vaga, muito inarticulada e muito aproximada. Desta maneira são constituídos estratos de deferência (ou estautu). Não têm fronteiras definidas e não se consegue certificar ou especificar os seus membros. É sobretudo uma questão do próprio sentir ser membro de um estrato e de ser considerado pelos outros como um membro. Aqueles que são «conhecidos» são geralmente membros, e para além deles estende-se um domínio que se vai espalhando indefinida e anonimamente de acordo com vagos mapas cognitivos de estratificação e com uma imagem imperfeita do «homem médio»; no interior de cada estrato um «homem médio» possui a combinação correcta de posições na distribuição de habilitações significativas.

Assim a formação de estratos de deferência é um processo de assimilação mútua de sistemas de deferência locais num sistema de deferência nacional. É através da consciência de classe que se formam os estratos de deferência.

No decurso da sua autoconstituição, um estrato de deferência também define, de maneira muito mais vaga, os outros estratos da deferência de uma sociedade. Traça linhas fronteiriças, mas, com excepção das que traça à sua volta, as fronteiras são assuntos de importância menor. As linhas fronteiriças são importantes apenas ou principalmente para aqueles que são afectados pela localização da fronteira, isto é, aqueles que vivem perto dela de um ou de outro lado. A localização de uma linha de divisão na distribuição de deferência é considerada como importante essencialmente por aqueles que temem estar eles próprios em perigo de ser expulsos, ou a quem é negada a companhia de membros de um estrato em relação aos quais se consideram iguais e cuja companhia eles vêem como sendo mais desejável do que aquela a que estariam de outro modo limitados. É muito provável que os membros de um qualquer estrato de deferência ignorem a localização de fronteiras de estratos de deferência que sejam distantes deles, e se não as ignoram são indiferentes a elas.

Os vários estratos de deferência dos sistemas de deferência locais estão em contacto uns com os outros através de contactos

interpessoais ocasionais. Estão sempre presentes na imaginação uns dos outros, e esta presença deferencial penetra em todos os tipos de acções não-deferenciais de troca, conflito e autoridade.

Nos sistemas de deferência nacionais os diferentes estratos também estão em contacto uns com os outros, não tanto através do contacto interpessoal mas através da presença que mantêm nas imaginações uns dos outros. Esta presença arrasta consigo a consciência da distância entre nós e o centro, e implica uma certa aceitação da centralidade do centro e alguma aceitação da dignidade superior do centro. Constitui uma crença implícita de que o centro encarna e decreta padrões que são importantes na avaliação do nosso próprio estrato e na nossa própria avaliação.

Em certo sentido, o centro «é» o padrão que é derivado da percepção, correcta ou incorrecta, do seu comportamento e atitude. Essas pessoas e estratos remotos que formam o centro podem receber deferência, ou ser condenados em palavras ou discursos, e o padrão do seu comportamento, atitude, maneira de ver as coisas, etc., pode ser limitado ou evitado. É atribuída uma «existência objectiva» à hierarquia ordenada que vai da centralidade à «periferidade» dos outros estratos e dentro desta hierarquia ordenada está localizado o nosso próprio estrato. A realidade ontológica, não empírica, que é atribuída à posição na distribuição de deferência, torna-a diferente da «mera» avaliação e por vezes mesmo antitética.

Num plano muito mais banal, os contactos entre os estratos de deferência ocorrem de muitas maneiras — particularmente através da divisão de trabalho e da sua coordenação através do mercado, e no interior dos corpos colectivos e na luta pelo poder político. Isto não quer dizer que os estratos se encontrem uns aos outros em formas corporativamente organizadas ou que, quando existe contacto entre os estratos no encontro de corpos colectivos, estes últimos incluam todos ou a maioria dos membros dos seus respectivos estratos. Uma boa parte deste contacto interestrato tem lugar através de intermediários que actuam como agentes e que recebem uma deferência que é uma reacção às suas próprias propriedades habilitadoras à deferência e às dos seus superiores. Aqueles que actuam em favor desses corpos colectivos fazem-no num estado de crença de que estão a «representar» o estrato de deferência ao qual pertencem ou ao qual se sentem próximos.

As organizações corporativas, nas quais a condição de membro é determinada por um sentido de afinidade de posições de deferência e de posições noutras distribuições, raramente alistam como membros activos todos os membros do estrato ou mesmo todos os membros masculinos adultos do estrato. Aqueles que não são membros do corpo colectivo não são no entanto considerados como completamente desprovidos do sentido de afinidade com outros membros do seu estrato. Neste sentido, a «consciência de classe» está muito espalhada e difundida, mas ainda vai uma grande distância entre esta «consciência de classe» e a consciência de classe agressivamente alienada que a doutrina marxista previa que se iria espalhar pela classe dos trabalhadores manuais na indústria e que a agitação marxista procurou cultivar.

Uma sociedade pode assim ter um sistema de deferência com estratos de deferência relativamente capazes de se distinguirem por si próprios e de se constituírem por si próprios, estando estes estratos em vários tipos de relações uns com os outros. Uma situação destas é inteiramente compatível com a ausência do tipo de distribuição de deferência objectiva que rejeitámos na secção precedente. Cada um dos estratos de deferência possui, numa forma vaga, uma imagem de uma distribuição de deferência à escala da sociedade, mas essas imagens não podem ser correctas no sentido de corresponderem a uma distribuição de deferência objectiva, que pode ou não existir na realidade.

Digressão acerca das sociedades plurais

Dei ênfase à importância do carácter de constituição própria das classes que fazem um sistema de estratificação de deferência. Dei também ênfase à irrealidade da construção de distribuições de estrato na qual os sociólogos gastaram tanto esforço, e ao mesmo tempo sublinhei os elementos de integração dos estratos de deferência num único sistema focado no centro da sociedade. Alguns autores argumentam que o sistema de deferência, e os sistemas de estratificação que lhe estão associados nas chamadas sociedades plurais, são incompatíveis com este modo de análise. Por sociedade plural, designam uma sociedade em que vários grupos étnicos estão tão segregados uns dos outros que formam sociedades separadas e distintas umas das outras. Não vão todavia ao ponto de dizer que as

várias sociedades constituintes são totalmente independentes umas das outras; reconhecem que elas estão integradas numa economia única e que vivem sob uma única autoridade política. Nesse sentido, as sociedades que constituem uma sociedade plural são partes de uma sociedade única.

Os problemas que isto levanta para o estudo dos sistemas de deferência valem bem a pena ser considerados. O que descobrimos é que a habilitação étnica é considerada nessas sociedades, particularmente pela secção mais poderosa do grupo étnico dominante, como um critério de deferência tão crucial que todas as outras habilitações à deferência são de importância secundária. Estas outras habilitações à deferência existem, e determinam de facto diferenças na distribuição da deferência, mas apenas são capazes de gerar diferenças no interior de cada um dos estratos de deferência principais etnicamente determinados. Cada estrato de deferência etnicamente determinado é diferenciado internamente de acordo com a distribuição de habilitações à deferência dentro dele. Cada um deles se aproxima de ser um sistema de deferência completamente auto-suficiente, mas não se torna completamente auto-suficiente. E não o consegue porque, apesar do seu pluralismo extremamente segregado, a sociedade tem de facto um centro, e este centro constitui um ponto de concentração para cada um dos sistemas de deferência parcialmente separados. Estes últimos têm uma certa semelhança com os sistemas de deferência de sociedades globais devido à diferenciação de funções profissionais no interior de cada um dos sectores étnicos, mas a estrutura profissional de cada sector não é a estrutura profissional completa da sociedade total. Essa estrutura profissional total é distribuída entre os sectores étnicos, e na realidade existe uma certa sobreposição entre eles. É por causa desses pontos de sobreposição — entre a base do estrato de deferência superordenada e o topo do estrato de deferência subordinado — que surgem conflitos. Estes conflitos só poderiam emergir porque os sectores ou estratos fazem parte de um sistema de deferência único estranhamento integrado.

Sistemas de deferência e sistemas de estratificação

Quando não é tratada como uma amálgama irreal, elaborada de maneira conceptual, de um certo número de posições numa varie-

dade de distribuições, a deferência tem sido frequentes vezes tratada como um epifenômeno. Considera-se frequentes vezes que tem relativamente pouco peso na determinação do comportamento — à parte a escolha de companheiros na sociabilidade ou como motivo de comportamento emulatório. Contudo, é a deferência que é responsável pela formação de estratos ou classes.

A deferência, por ser resultado de uma generalização, é o elo crucial no sistema de estratificação. Sem a intervenção de considerações de posição de deferência, as várias desigualdades muito diferenciadas na distribuição de uma qualquer determinada oportunidade ou recompensa não seriam agrupadas num número relativamente pequeno de estratos vagamente delimitados. A mera ideia de uma equivalência entre posições em distribuições diferentes não poderia ser realizada se não houvesse uma generalização que passasse através delas.

Quando falo de sistema de estratificação, falo de uma pluralidade de estratos no interior de uma sociedade única com algum sentido da sua identidade comum, da sua semelhança interna e das suas diferenças externas em relação a outros estratos. O sistema de estratificação é constituído por estratos formados por pessoas que têm posições aproximadamente iguais numa variedade de distribuições separadas. Esta semelhança aproximada de posições é uma pré-condição para o sentido de afinidade — porque reforça o sentido de identidade do eu a partir do qual o sentido de afinidade de muitos «eus» é formado. Se cada pessoa fosse aleatoriamente heterogênea no seu conjunto de posições, a probabilidade da existência de um sentido de identidade, e consequentemente de afinidade, seria muito menor do que é de facto.

O sentido de identidade é uma percepção vaga do eu e do outro, e refere-se a algumas qualidades penetrantes daqueles que são identificados dessa maneira. Estas qualidades através das quais os estratos se identificam a si próprios e aos outros são frequentemente designadas por uma terminologia algo abreviada, como «riqueza» ou «pobreza» ou «dirigentes» ou «povo» ou «trabalhadores» ou «patrões». Estes termos referem-se a posições em distribuições particulares, tais como a riqueza e o rendimento, poder e função profissional. E todavia esses termos têm para aqueles que os utilizam um significado para além do sentido descritivo limitado em que eles são utilizados. Cada termo representa uma posição de cada uma de um número de distribuições e implica que as posições nas

várias distribuições são relacionadas e ligadas umas às outras. Aqueles que são «trabalhadores» são também «pobres», ou em qualquer caso ocupam uma posição relativamente baixa nas distribuições de riqueza e rendimento. Os que são «patrões» são também «ricos», ou pelo menos ocupam uma posição superior nas distribuições de riqueza e rendimento, e geralmente têm mais poder político. Aqueles que estão «numa boa situação» possuem mais educação e mais autoridade através das suas funções profissionais e participações políticas.

As conexões entre as posições de um indivíduo nas diferentes distribuições são de dois tipos. Uma é a conexão através das «hipóteses na vida». As hipóteses na vida são oportunidades de entrar numa posição superior em qualquer distribuição a partir de uma posição inferior nessa distribuição ou em várias distribuições. Estas hipóteses na vida são determinadas pelo poder do rendimento, por relações pessoais, civis e de educação, e pela função profissional e nível de educação. Qualquer um destes factores pode ter uma influência determinante na atribuição de hipóteses na vida, isto é, na oportunidade de subir nessa distribuição ou em outras.

Uma hipótese de ascensão que deriva de uma posição numa distribuição particular afecta também as hipóteses de manter ou adquirir hipóteses para posições noutras distribuições. O rendimento permite comprar a educação; a aquisição de educação aumenta a probabilidade de deferência superior e de rendimento mais elevado; uma maior educação aumenta a probabilidade de maior influência política; uma maior influência política aumenta a probabilidade de maior acesso a recursos financeiros.

Existe uma aspiração muito sentida de colocar as posições de uma série de distribuições numa correspondência apropriada umas com as outras. Cada posição fornece recursos para afectar posições noutras distribuições. Por que razão deveria isto acontecer? Por que é que se deveria considerar que existe uma relação «apropriada» entre as posições, um equilíbrio que se deveria tentar alcançar? Por que é que, quando uma pessoa possui considerável poder político, não utiliza os seus recursos políticos exclusivamente para realçar ou manter o seu poder político em vez de os gastar para «alimhar» o seu estilo de vida ou a educação dos seus filhos com a sua posição política? (Evidentemente, uma possível resposta a esta pergunta consiste em dizer que se acredita geralmente que aperfeiçoar posições nas

distribuições não políticas é uma condição necessária para manter ou melhorar a posição na distribuição política. Mas não é a própria crença a prova da crença num padrão apropriado de posições, que é assim uma pré-condição do apoio político «dispendioso» que é necessário para melhorias adicionais na posição política? Outra resposta para a pergunta é que a maioria dos seres humanos, quando lhes é dada a oportunidade, esforçar-se-ão para realçar a sua posição em qualquer distribuição particular e que estar numa posição melhor numa distribuição oferece recursos para a melhoria nas outras. Todavia, embora haja alguma verdade nesta afirmação ela não tem em conta o facto que existe o sentido de um padrão apropriado de posições em diferentes distribuições.)

A crença de que é apropriado que as várias posições nas várias distribuições estejam em consonância ou de harmonia umas com as outras é atribuível à crença de que elas exprimem uma qualidade comum e essencial. Um padrão «inapropriado» de posições testemunha a ausência da qualidade essencial. Existe algo «impróprio» ou «excêntrico» ou «perverso» ou «lamentável» num indivíduo ou numa família cujas posições estão espalhadas por uma variedade de pontos «desiguais» nas várias distribuições.

Esta qualidade comum ou essencial é a qualidade carismática que exige uma expressão difundida e penetrante nas várias distribuições. O elemento cognitivo num acto de deferência é a percepção da presença desta qualidade, e a sua generalização para além de qualquer manifestação específica na acção é um reconhecimento da posse aparente da qualidade carismática pela pessoa a quem se refere. A exigência de deferência é a exigência de um reconhecimento difundido do carisma difundido, que é em certa medida possuído pelo eu e que reside acima de tudo na sua forma terrena nos centros da sociedade. O respeito por si próprio — deferência para com o eu — é um reconhecimento do nosso próprio carisma e da nossa proximidade satisfatória do centro num aspecto essencial.

O mapa cognitivo e avaliativo de um sistema de estratificação é uma atribuição diferencial de deferência a uma série de agregados de pessoas — na sua maior parte anónimos —, de acordo com a sua proximidade ao centro, consequentemente de acordo com a magnitude do seu carisma suposto. O sistema de estratificação de uma sociedade é o produto do trabalho da imaginação sobre os teríveis factos de atribuição desigual de recursos e recompensas escas-

sos. O carisma é putativo, mas torna-se «real» já que geralmente se acredita que ele é «real». A deferência, que é fundamentalmente uma reacção ao carisma, é apenas uma questão de opinião, mas é uma opinião com motivação profunda e uma reacção a necessidades profundas naquele que a concede e no recipiente da deferência.